

## **COMUNICADO TÉCNICO IBRACON Nº 04/2008.**

Circular SUSEP Nº 327/2006 - Dispõe sobre os controles internos específicos para o tratamento de situações relacionadas à prática dos crimes de lavagem de dinheiro previstos na Lei nº 9.613/98

**Senhores Associados,**

Em 29 de maio de 2006 a Superintendência de Seguros Privados emitiu a Circular SUSEP No. 327, que dispõe sobre os controles internos específicos para o tratamento de situações relacionadas à prática de crimes de lavagem de dinheiro previstos na Lei No. 9.613/98. Com a divulgação pelo IBRACON, em outubro de 2007, do pronunciamento técnico “Norma e Procedimentos de Asseguração 1 (NPO 1)” que trata de Trabalhos de Asseguração que não sejam de Auditoria ou de Revisão de Informações Financeiras Históricas, os desenvolvimentos para responder a este requerimento, passaram a embasar-se nesse pronunciamento.

Tendo em vista que a Circular SUSEP nº 327/2006 requer a realização de uma primeira revisão até o final de abril de 2008, o IBRACON divulga este Comunicado Técnico aos seus associados contendo os procedimentos para a realização dessa primeira revisão por parte dos auditores independentes.

### **1. Síntese do requerido pela Circular SUSEP nº 327/2006:**

O artigo 9º. da Circular requer que o auditor independente emita um relatório circunstanciado sobre:

- (a) os critérios adotados pela sociedade <sup>1</sup> para avaliação da exposição ao risco de que trata o artigo 4º da Circular.

O artigo 4º trata da exposição das sociedades ao risco de serem envolvidas em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro e determina que as sociedades desenvolvam estudos sobre essa exposição, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais. Esses estudos deverão abranger todos os produtos comercializados pela sociedade e deverão ser objeto de trabalhos pela auditoria interna.

Este Instituto entende que os critérios referidos pela SUSEP correspondem às políticas e procedimentos adotados pela administração em resposta aos requerimentos da Circular SUSEP No. 249, sobre implantação e implementação do sistema de controle interno das sociedades reguladas.

---

<sup>1</sup> Entidades abrangidas pela Circular SUSEP Nº 327/2006

(b) a adequação aos riscos existentes, dos critérios adotados e dos procedimentos implementados para:

- i) identificação de clientes;
- ii) manutenção de registros.

A Circular determina que a estrutura de controles internos a ser implementada pelas sociedades deverá contemplar a elaboração de critérios e implementação de procedimentos de identificação de clientes e de manutenção de registros referentes aos produtos e procedimentos expostos ao risco de servirem à lavagem de dinheiro (inciso II do artigo 6º).

O rigor dos critérios de identificação e manutenção dos registros deverá ser proporcional à exposição ao risco (§ 1º, inciso VI, artigo 6º). Os critérios de identificação de clientes deverão estabelecer as situações nas quais será solicitada cópia de documentos de identificação de clientes (§ 2º, inciso VI, artigo 6º). As sociedades deverão realizar identificação de clientes através de informações cadastrais e documentação suporte e manutenção de registros que contemplem, no mínimo, as informações requeridas nos incisos ao artigo 7º. As sociedades poderão ser dispensadas do cumprimento dos itens mínimo previstos nesse artigo se os estudos desenvolvidos assim o justificarem e mediante solicitação fundamentada à SUSEP (artigo 8º).

A auditoria interna deverá elaborar e executar um programa de auditoria que verifique, dentre outros, o cumprimento dos procedimentos de identificação de clientes e manutenção de registros (inciso VI ao artigo 6º).

## **2. Natureza dos trabalhos a serem executados pelo auditor independente**

Os trabalhos deverão ser executados com base na “Norma e Procedimentos de Asseguração-NPO nº. 1” emitida pelo IBRACON.

Os elementos dos trabalhos de asseguração e a forma como eles estão presentes nos serviços, requeridos pela citada Circular, são assim resumidos:

- Relação de três partes: integrada pelos (i) usuários previstos (a administração da entidade e o órgão regulador), (ii) pela parte responsável (a administração da entidade) e (iii) pelo auditor independente.
- Objetos: nos termos do artigo 9º. da Circular SUSEP nº. 327/2006 são objetos do trabalho do auditor independente: (1) o estudo a ser desenvolvido pela administração da entidade sobre o risco dela ser envolvida em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais, objeto de trabalhos da auditoria interna e (2) adequação, aos riscos existentes, tanto dos critérios considerados quanto dos procedimentos implementados para a identificação dos clientes e manutenção de registros.
- Critérios: a regulamentação emitida pela SUSEP não estabelece critérios específicos para a avaliação do objeto; todavia, a Circular SUSEP No. 249/2004 que dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos nas sociedades seguradoras e demais entidades reguladas, estabelece as responsabilidades da administração e os elementos mínimos do sistema de controles internos. Essa circular já tinha determinado que os controles internos, independentemente do porte da sociedade

ou entidade, devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas.

Considerando-se as circunstâncias acima descritas, o relatório a ser emitido pelo auditor independente deve destinar-se exclusivamente para uso da Administração da entidade e pela SUSEP (órgão regulador) para o atendimento da Circular SUSEP nº. 327/2006, não sendo permitida sua divulgação a terceiros, pois poderia suscitar dúvidas e originar interpretações errôneas a pessoas que desconhecem os objetivos, critérios e limitações dos procedimentos desenvolvidos pelo auditor independente.

Dado o estágio de implementação e maturidade da estrutura, dos sistemas e dos procedimentos relacionados à prevenção à lavagem de dinheiro e das conseqüentes limitações inerentes ao sistema de controle interno, dos trabalhos requeridos e de seu objetivo, os trabalhos devem ser desenvolvidos para que o auditor independente obtenha uma segurança limitada sobre os elementos relacionados no artigo 9º. da Circular SUSEP nº. 327/2006.

Em conexão com o referido trabalho, e em consonância com o determinado nos itens 38 a 40 da NPO 1 deve ser obtida junto à administração da entidade, carta de representação, elaborada de acordo com as disposições do Conselho Federal de Contabilidade.

### **3. Procedimentos a serem considerados e executados pelo auditor**

1. O auditor independente deverá obter um entendimento das principais políticas e procedimentos adotados pela entidade para o desenvolvimento dos estudos sobre os riscos da entidade ser envolvida em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro e comparar os mesmos com o marco conceitual implementado em resposta a Circular SUSEP No. 249 acima referida, considerando se o estudo:
  - (a) envolveu a elaboração de um elenco de situações que caracterizem a prática do crime de lavagem de dinheiro e considerou, mas não se limitou, às situações descritas no Capítulo II da Circular SUSEP nº. 327/2006;
  - (b) incluiu a totalidade dos produtos comercializados pela entidade;
  - (c) incluiu, também, as situações nas quais é requerida a comunicação de operações suspeitas, de acordo com o artigo 12 da Circular.
  - (d) foi objeto de trabalhos pela Auditoria Interna, no prazo estabelecido pela Circular, e incluiu todas as alterações formuladas por esta;
  - (e) foi aprovado pela Administração por ato formal;
  - (f) foi adequadamente documentado e é mantido de forma organizada e à disposição da SUSEP.
2. O auditor independente deverá obter um entendimento das principais políticas e procedimentos adotados pela sociedade para identificação de clientes expostos ao risco de servirem à lavagem de dinheiro, e comparar com o marco conceitual adotado em resposta à Circular SUSEP No. 249 acima referida, observando se os mesmos:
  - (a) são proporcionais, em rigor, ao nível de exposição aos riscos identificados no estudo elaborado de acordo com o previsto no artigo 4º. da Circular SUSEP nº 327/2006;

- (b) estabelecem as situações nas quais será solicitada cópia dos documentos de identificação dos clientes;
  - (c) incluem a obtenção de informações cadastrais e documentação suporte em consonância com o previsto nos incisos I e II do artigo 7º. da Circular nº. 327/2006;
  - (d) na hipótese de terem sido firmados convênios ou contratos com instituições financeiras ou empresas que façam a administração de banco de dados, tais documentos estão formalizados e assinados e atendem ao disposto no artigo 7º. da Circular nº 327/2006;
  - (e) os cadastros são efetuados no momento oportuno, em consonância com as previsões contidas nos parágrafos 4º. ao 9º. do artigo 7º. da Circular nº 327/2006;
  - (f) foram submetidos à verificação de seu cumprimento pela auditoria interna e considerados adequados.
3. O auditor independente deverá obter um entendimento das políticas e procedimentos adotados para manutenção de registros referentes aos principais produtos e clientes expostos ao risco de servirem à lavagem de dinheiro no contexto do marco conceitual adotado em resposta à Circular SUSEP No. 249 acima referida, observando se os mesmos:
- (a) são proporcionais, em rigor, ao nível de exposição aos riscos identificados no estudo elaborado de acordo com o previsto no artigo 4º. da Circular SUSEP nº 327/2006;
  - (b) contemplam as informações cadastrais mínimas previstas no inciso I do artigo 7º. da Circular SUSEP nº 327/2006;
  - (c) prevêm ações que visem assegurar a confidencialidade das informações;
  - (d) contemplam o registro de todos os pagamentos realizados, inclusive a terceiros, referentes a indenizações de seguros, sorteios ou resgates de títulos de capitalização, resgates ou benefícios previdenciários e devolução de prêmios por cancelamento.
  - (e) prevêm critérios para identificar operações suspeitas, conforme previsto no artigo 11 da Circular SUSEP nº 327/2006;
  - (f) foram submetidos a trabalhos da auditoria interna e considerados adequados.

#### **4. Resultado dos trabalhos**

Como resultado dos trabalhos, o auditor independente deve emitir relatório específico, com obediência aos requerimentos constantes do item 49 da NPO 1, dando consideração especial ao contido nos itens 50 a 53 do citado pronunciamento.

Para que seja possível a execução dos trabalhos, o auditor independente deverá receber da sociedade e anexar ao seu relatório, uma descrição detalhada de:

- a) as políticas e procedimentos adotados pela sociedade para avaliação de sua exposição ao risco de ser envolvida em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro;
- b) os riscos identificados de envolvimento da sociedade em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro;
- c) os critérios adotados e dos procedimentos implementados para a identificação de clientes;
- d) os critérios adotados e dos procedimentos implementados para a manutenção de registros;
- e) os critérios adotados para a identificação e comunicação das operações suspeitas.

No anexo a este Comunicado Técnico inclui-se modelo de relatório elaborado com base nos comentários acima, que deverá ser modificado conforme as circunstâncias e resultados dos trabalhos.

**CT 04/2008 EMITIDO EM 06 DE ABRIL DE 2008**

São Paulo, 06 de abril de 2008.

**Francisco Papellás Filho**

Presidente da Diretoria Nacional

**Ana María Elorrieta**

Diretora de Assuntos Técnicos